



trabalho & saúde

Órgão Informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

A Convenção 87 e a Liberdade Sindical

Todos temos consciência das divergências existentes em torno de um ponto básico da Convenção n.º 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos debates que estas estão ensejando no movimento sindical brasileiro. Daí o título positivo deste artigo: há uma convenção da OIT para assegurar a liberdade e autonomia sindical!

Esta convenção é o produto de pressões sociais em todo o mundo, no sentido de que os governos respeitem a liberdade de constituição de entidades sindicais, de sua auto-gestão, ou autonomia interna, e suas relações com outras entidades nacionais e internacionais.

No distante ano de 1948 foi aprovada sem votos contrários. Todos os chamados países democráticos da Europa Ocidental, os Estados Unidos, a URSS e mais todo o bloco socialista, os países latino-americanos, deram seus votos favoráveis. Registraram-se apenas abstenções.

Essa decisão, de importância histórica, foi motivada por uma dupla solicitação: de um lado, da Federação Sindical Mundial, hoje sediada em Praga (Tchecoslováquia) e, por outro lado, da Federação Americana do Trabalho (AFL), hoje fusionada com outra central sindical daquele país, a CIO, formando a atual AFL-CIO. Estas entidades solicitaram à ONU uma deliberação que protegesse os direitos sindicais em todo o mundo, solicitação essa que foi atendida por um de seus organismos, a OIT, e que veio a resultar na Convenção 87, cujos principais tópicos comentamos a seguir.

Em resumo, a Convenção assegura, de modo amplíssimo, o direito dos trabalhadores se organizarem em entidades representativas e o direito dessas entidades se coligarem nos diversos países; inclusive de se relacionarem, sem restrições, com centrais sindicais internacionais, o que hoje é terminantemente proibido no Brasil. Qualquer medida estatal contrária a essas garantias cons-

titui, então, violação a esta norma de direito internacional, podendo ser levada ao conhecimento do Comitê de Liberdade Sindical da OIT, para que o Estado infrator seja chamado às falas e, se for o caso, seja o objeto de censura.

Ante a violência dos regimes ditatoriais, o caminho encontrado nos países que ratificaram a Convenção 87, os quais são a maioria, consiste, precisamente, em os trabalhadores invocarem o texto convencional, fazendo denúncia de seu não cumprimento ao Comitê.

O Brasil, em 1948, votou favoravelmente à Convenção 87. Na época, o governo Dutra mantinha sob intervenção centenas de sindicatos e perseguia duramente milhares de dirigentes e ativistas sindicais. Naquele mesmo ano, a Convenção foi enviada ao Congresso, para ratificação, mas veio a ser aprovada pela Câmara somente em 1984 - 46 anos depois-faltando ainda a deliberação do Senado.

Esclareça-se que ou a ratificação é efetivada em bloco, ou não o é, pois não se permite ratificação com reservas de Convenções da OIT. Se não houver ratificação, será rejeitado em seu todo um texto convencional que é reconhecido como histórica conquista do movimento operário internacional. E se houver a ratificação, qual o problema?

Para muitos sindicalistas, nenhum problema existe. Para outros, igualmente sinceros e lutadores, corre-se o risco de pulverização do movimento sindical, na medida em que a Convenção 87 autoriza (embora não determine nem exija) a pluralidade sindical, ou seja, mais de um sindicato por base territorial. Essa é uma opinião que merece discussão...

Outra alternativa existe frente a não ratificação: trata-se de alterar, já e agora, a CLT, de forma a remover todo o entulho anti-democrático, como, por exemplo, o controle do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais. Porém, neste caso, ficaria uma questão pendente: quem autoriza a cons-

tituição do "sindicato único" por categoria? Não pode haver uma lei (ato do Congresso) específica para cada sindicato criado, é certo. E o organismo que atualmente decide a respeito pertence justamente ao Ministério do Trabalho - é a nefanda Comissão de Enquadramento Sindical. Este problema dificulta uma decisão de consenso sem um amplo debate.

Existe também a proposta do Projeto de Código do Trabalho, de autoria de Evaristo de Moraes, que pretende manter o sindicato único, mas com a possibilidade de constituição uma Associação Profissional que, se se mostrar mais representativa, pode assumir a Carta Sindical. Por outras vias, não seria isso também uma forma de pluralidade, embora contida nos seus excessos?

É de se recordar, sobre este aspecto, que a melhor unidade, a única digna de nota, é aquela forjada na prática, na luta, nascida de uma opção política. Os movimentos sindicais boliviano e argentino, por exemplo, são unitários, embora nestes países vigore a Convenção 87. A propósito, quem teria "peito" para organizar uma nova "União Metalúrgica" na Argentina?

Outro aspecto: a convenção n.º 87 impede a contribuição sindical. Aqui, as objeções parecem ser menos válidas. Pode haver um prazo de carência para a extinção do antigo imposto sindical. Mas, suprimi-lo, no entanto, é uma prova de força e maturidade política do movimento sindical, o que dará, sem dúvida, mais legitimidade às direções sindicais.

Se a aprovação da Convenção 87 provoca algumas dúvidas, isto não deve trazer temores, dado que se trata de uma conquista do movimento sindical mundial. No Brasil, hoje, estamos entrando numa nova era quanto às relações entre os movimentos sociais e o Estado, era na qual não se deve temer ou impedir novas perspectivas.

DAS REVISTAS

Magazine's news. Zeitschrift Nutzen.

Processamento de Dados e Saúde Mental dos Bancários

Quais os problemas de saúde que atingem os trabalhadores de um moderno centro de processamento de dados? Pesquisando este assunto, Miguel A. Moldoni, em *SOS*, 19:5, 84, 235, descreve as doenças mais comuns em trabalhadores de um centro de computação de uma instituição bancária argentina, com especial ênfase para as funções de programador, operador e perfurador (digitador). Como resultado, os problemas ligados à fadiga física e mental se apresentaram como os mais comuns, sendo seguidos pelas doenças os teoarticulares (tendo-sinovites) - que atingem principalmente os perfuradores, devido ao esforço continuado das articulações do punho e das mãos, em tarefas como perfuração e digitação - e pelos efeitos do ruído intermitente, produzido pelos teclados das máquinas, os quais geram cansaço, irritabilidade e alteração de pressão sanguínea, mesmo sob níveis de ruído de 70 dB em média e em uma jornada de trabalho de apenas 35 horas semanais. Neste porém, é bom lembrar que a legislação brasileira, segundo a Portaria n.º 3214/78, do Ministério do Trabalho, considera como limite de tolerância o índice de 85 dB para uma jornada de 48 horas semanais.

Quando, porém, o autor procura explicar a origem dos problemas mentais que acometem os trabalhadores de computação, ele o faz de maneira imprópria, exagerando na ênfase dada aos fatores individuais. Segundo Moldoni, os problemas mentais seriam agravados "por influência da atividade (...) em indivíduos predispostos". Ainda segundo este autor, o agravamento também pode se dar por problemas outros na esfera afetiva do indivíduo, como problemas "conjugais, familiares e sentimentais", reproduzindo, assim, uma abordagem bastante utilizada pela Medicina do Trabalho.

Com isso, para o autor, as relações e condições de trabalho, organizadas especialmente tendo em vista a produtividade, são pouco consideradas como fatores determinantes de distúrbios do comportamento e outros tipos de distúrbios, bastante frequentes nesta categoria de trabalhadores, como irritabilidade, dores de cabeça, na nuca e na região lombar, desordens gástricas e, particularmente, as úlceras gastro-duodenais.

Ao tratar das medidas preventivas, Moldoni destaca o exame pré-admissional, como medida capaz de surpreender a "predisposição a processo depressivos ou psicossomáticos..." Mais uma vez dá ao perfil individual um peso excessivo como fator explicativo dos problemas mentais que atingem os profissionais de computação. Outras medidas também são citadas, como as pausas e a rotatividade no trabalho, além de música ambiente, como auxiliares na prevenção de distúrbios mentais.

Como se vê, em nenhum momento o autor questiona a forma de organização do trabalho nos centros de computação, a qual se baseia na competição, no controle de produtividade e na pressão constante exercida pelas chefias, o que, contraditoriamente, conflita com a "natureza individual" que este tanto enfatiza na explicação dos quadros de doença por ele constatados.

Os efeitos dos Stress

Insegurança no emprego; más condições no trabalho, provocando riscos de acidentes; sobrecarga e más relações sociais; todos esses fatores resultam em desgaste físico e mental dos trabalhadores (stress). Este desgaste manifesta-se por irritabilidade, ansiedade, fadiga, problemas gastrointestinais, neurológicos, cardiovasculares e, inclusive, dermatológicos, provocando ainda a tendência ao fumo, ao uso do álcool e à utilização de drogas, além de problemas na esfera sexual, hipertensão arterial, aumento do ritmo cardíaco e manifestações respiratórias.

Estas são as conclusões de Shimon Dolan, estudioso canadense de relações industriais, publicadas em *S.O.S.*, ABPA, 19,5,84,220. Para esse autor, embora haja diferentes reações ao "stress", devido à personalidade diferente de cada indivíduo, à experiência de vida e ao trabalho de cada um, há fatores de tensão que atuam permanentemente, ligados à organização do trabalho, como, por exemplo, hierarquia, competição, condições de trabalho, monotonia, ambigüidade de funções, etc. Apontando a necessidade de cuidados

Tampões auriculares sob suspeita nos EUA

Protetores auditivos, tipo "tampões auriculares", usados por 420 trabalhadores, de 15 diferentes fábricas, nos EUA, foram investigados pelos pesquisadores Lemper, B. L. e Edwardos R. G. (*Am. Ind. Hyg. Ass. J.*, 44,12,8,3, 894), visando averiguar o grau de proteção auditiva dado por este tipo de EPI. Os trabalhadores foram separados por atividade desenvolvida, por tipo de tampão auricular e por intensidade de ruído, além de outros critérios.

Através de equipamento especializado foram medidos os níveis de redução de ruído propiciados pelos protetores, do jeito que eram usados pelos trabalhadores, durante a jornada de trabalho, medição esta feita nos próprios locais de trabalho.

Comparados com os resultados fornecidos pelos fabricantes dos protetores auriculares, medidos em seus laboratórios, os níveis de redução obtidos nos locais de trabalho eram inferiores em 50%. Ou seja, o grau de proteção dado por esses tampões era apenas de metade do anunciado por seus fabricantes.

Embora sejam múltiplas as causas responsáveis pelo fracasso relativo deste tipo de EPI, tais como tamanho inadequado, má inserção, etc, fica muito claro que a forma mais eficaz de reduzir os efeitos do barulho é reduzir o próprio barulho e não tampar o ouvido de quem está sujeito a ele no trabalho. Ficam, por outro lado, os técnicos responsáveis pela saúde e segurança no trabalho, e, sobretudo, os próprios trabalhadores e empresários, alertados para o risco de aceitarem os dados anunciados pelo fabricantes desses EPIs, sob pena de não se evitar os efeitos nocivos do barulho sobre a saúde.

médicos e psicológicos individualizados, Dolan acentua a necessidade de interferência sobre os fatores geradores do "stress".

Embora este pesquisador tenha estudado mais detidamente profissionais da área de saúde, que atuam em hospitais, suas conclusões podem ser estendidas a outras categorias de trabalhadores, onde os fatores por ele apontados estejam igualmente presentes.



Ponto de Vista

Automação modifica trabalho bancário

Entrevista com Mauri Sergio Martins de Souza,
diretor do Sindicato dos Bancários de Campinas

A atual diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Bancários de Campinas tomou posse há 1 ano e 9 meses. Em sua carta-programa, antes das eleições, já se encontrava inscrita a preocupação com as questões de saúde que atingem esta categoria, as quais sempre foram tratadas pelo patronato enquanto questões individuais, de cada trabalhador bancário, e nunca enquanto um problema coletivo, ligado à organização do trabalho bancário.

Mauri Sergio Martins de Souza (27 anos), funcionário do Banco Itaú, é o atual 1.º Secretário do Sindicato e membro da diretoria do DIESAT. Entrevistado por "Trabalho e Saúde", ele relata alguns aspectos do trabalho que está sendo levado em Campinas pela diretoria do Sindicato.

Automação: A Exploração Eletrônica do Trabalho

Segundo Mauri, a automação do trabalho bancário, que hoje atinge principalmente o setor comercial dos bancos (atendimentos), iniciou-se no final dos anos 70 e se disseminou de tal forma que não se conhece precedente igual em nenhuma outra categoria. Na realidade, esta automação passou por duas fases:

1.ª - No final da década de 60, quando foram automatizadas os CPDs (Centro de Processamento de Dados), num processo lento, que atingiu principalmente os setores de compensação e processamento e que não causou tanto impacto;

2.ª - No final da década de 70, quando se iniciou a automação acelerada das agências, fazendo-se que os "caixas", que operavam até então máquinas "simples", passassem, em curtíssimo prazo, a operar terminais de computador.

Para o Sindicato, esta segunda fase colocou um problema que até então não

existia para a categoria como um todo. A automação acelerada, na medida que exige dos caixas, por exemplo, a manipulação direta do terminal de computador, duplicou ou triplicou a produtividade, durante a jornada de trabalho normal, fazendo com que este bancário realize um serviço para o qual seriam necessários dois ou três funcionários. O mesmo pode-se dizer, segundo Mauri, dos atendentes de agência, que passam a operar também diretamente com o computador, fornecendo extratos e outros documentos, funções estas que desqualificam sua atividade profissional.

O efeito imediato desse processo, declara Mauri, é que "quando de fala que está crescendo o número de empregos nos bancos, nós temos que analisar e refletir que anteriormente cerca de 80% da categoria era contratada para prestar duas horas-extras diárias. Hoje, em tese caíram as prorrogações remuneradas da jornada de trabalho, que na verdade passaram a ser não remuneradas, fruto da maior exploração do trabalho normal".

Outros efeitos se farão sentir a médio e longo prazo: a massificação dos serviços bancários, com a consequente simplificação e aperfeiçoamento dos programas de automação, deverá reduzir o nível de emprego na categoria e aumentar ainda mais a exploração da mão-de obra bancária, com consequências imprevisíveis.

Um Funcionário Descartável:

O Ideal dos Bancos

"A luta econômica obriga, muitas vezes, os sindicatos a deixarem de lado outras questões". Esta verdade, segundo Mauri, pode muito bem se aplicar à uma conquista histórica da categoria bancária, que hoje é flagrantemente desrespeitada: a jornada diária de 6 horas de trabalho.

Esta conquista, intimamente ligada com as condições de trabalho dentro dos

bancos, que obriga ao bancário a ter atenção concentrada durante várias horas seguidamente, visa antes de mais nada garantir a recuperação do desgaste a que são submetidos os trabalhadores bancários em seus locais de trabalho. O que acontece hoje, no entanto, é a descaracterização dessa jornada, tendo em vista que não há uma regulamentação sobre o assunto desde a década de 70, fazendo com que muitos bancos exijam de seus funcionários que sacrifiquem a hora do almoço, ou que entrem e saiam mais tarde, nos dias de grande movimento. Esta prorrogação é tão ou mais prejudicial à saúde do bancário quanto o trabalho noturno ou realizado em turnos, no período noturno, que atinge principalmente aqueles que trabalham nos serviços de compensação.

Uma Pesquisa e um Plano de Ação para a Categoria Bancária

Diante de todos esses problemas, resta saber quais os efeitos da prorrogação da jornada de trabalho, da automação do serviço bancário e da forma de organização desses serviços sobre a saúde da categoria. Neste ponto, não existe nenhuma pesquisa que possa fornecer subsídios científicos para uma ação sindical. Resolvidos a despertar os dirigentes sindicais bancários de todos os sindicatos para a importância desta questão, o Sindicato dos Bancários de Campinas e a Federação dos Bancários de S.P. estão promovendo uma pesquisa, junto com o DIESAT, para detectar os principais efeitos sobre a saúde que têm a automação e a organização do trabalho bancário.

"Em Campinas, é uma primeira pesquisa, com um tema ainda amplo. Uma segunda se daria em temas mais específicos. A partir dessas pesquisas, esperamos tirar conclusões que, na

maioria das vezes, não são simplesmente técnicas, mas dizem respeito a como é organizado o trabalho dentro dos bancos e quais os problemas de saúde que causam, que às vezes passam despercebidos à própria categoria", diz Mauri.

Esta pesquisa se enquadra num programa de trabalho da diretoria do Sindicato, que pretende atuar sobre os problemas da categoria, basicamente, em duas frentes:

1.º - Através do combate à exploração não remunerada da mão de obra bancária e pela elevação do piso salarial, de forma a dar condições ao trabalhador bancário de continuar a trabalhar 6 horas por dia, com um salário digno, e ser parte ativa na discussão sobre a implantação de novos processos

de automação. O Sindicato entende, segundo Mauri, que as soluções para a implantação da automação no serviço bancário, sem aumento da exploração do trabalho, existem, necessitando, porém, que os trabalhadores, através de seu sindicato, tenham poder de interferir e participar de todo e qualquer processo de alteração das condições de trabalho.

2.º - Através do combate à "pulverização" da categoria. Explica Mauri que "os bancos, diferentemente de outros setores da Economia Capitalista, atuam como conglomerado, fazendo com que os trabalhadores de uma mesma atividade econômica tenham enquadramento sindical diferente, o que dificulta a atuação sindical dentro dos bancos". Segundo Mauri, a luta pela unifi-

cação da categoria no mesmo sindicato é a mesma luta pela melhoria das condições de trabalho dentro dos bancos.

Os problemas que hoje enfrenta a categoria bancária vêm de longa data, mas foram agravados com a implantação da automação, nos últimos anos. Neste aspecto, é importante lembrar um fato que passou despercebido pela sociedade, mas que se liga ao alijamento das entidades sindicais da discussão sobre os novos processos de tecnologização do trabalho bancário: durante este período, o Ministério do Trabalho foi ocupado por um banqueiro, que, como diz Mauri, "não podemos qualificar de Ministro" - Murilo Macedo, que após sair do cargo retomou suas funções no Banco Nacional.

"Trabalho & Saúde" muda de formato

A partir desta edição, "Trabalho & Saúde" está mudado: deixa o formato de revista que vinha mantendo e passa ao formato de boletim com duas dobras e encarte central. Por que esta mudança?

Na realidade, manter a publicação de uma revista, mesmo bimensal, passou a ser proibitivo frente ao aumento desenfreado dos custos gráficos. Como é sabido, o custo de uma publicação, hoje, no Brasil, só é possível com a percepção de subsídios externos ou, principalmente, com a venda de espaço para publicidade. Nem um caso, nem outro, no entanto, se aplica a uma publicação intersindical: ela é sustentada unicamente pelas contribuições que os trabalhadores pagam aos sindicatos e que estes repassam (em parte) aos órgãos a que são filiados. A venda de assinaturas mal cobre os custos operacionais de distribuição dessas publicações.

É assim que o aumento dos custos gráficos, não acompanhado por um aumento equivalente dessas contribuições (reflexo da difícil situação econômica por que passa o país, e que atinge também os sindicatos), acabou por se refletir de duas maneiras no projeto editorial original da revista: impedindo a elevação de sua qualidade gráfica e de seu espaço útil; e inviabilizando a manutenção de sua periodicidade regular.

Frente a esta situação, o DIESAT decidiu optar pela mudança de formato da revista e pela adaptação de seu projeto editorial a esta nova situação: "Trabalho & Saúde" passa a ser agora um boletim informativo, com conteúdo de revista, bimensal e com tiragem au-

mentada. Com a economia de recursos que isto possibilitará, o DIESAT passará a publicar, sob formato de brochura, na íntegra, as pesquisas que vem realizando, dando início a uma nova série de publicações: os cadernos do DIESAT. O primeiro número dessa nova série reproduzirá os documentos preparatórios à VI SEMSAT - VI Semana de Saúde do Trabalho - e as conclusões tiradas desse encontro, sobre o tema "Os Trabalhadores e a Previdência Social".

O DIESAT conta agora com três canais de comunicação com o movimento sindical e com os trabalhadores: 1.º - um boletim bimestral, com tiragem ampliada, informando sobre o que acontece na área de saúde do trabalhador e condições de trabalho; 2.º - uma série de cadernos de pesquisa, com os trabalhos mais importantes e atuais do DIESAT; 3.º - o livro de pesquisas do DIESAT, cujo primeiro número acabou de ser lançado, contendo os principais estudos realizados pelo DIESAT durante os últimos anos, anotados e atualizados.

Com este novo projeto gráfico, o DIESAT espera cumprir melhor o seu papel de órgão intersindical de pesquisas e de divulgação de conhecimentos, a serviço do movimento sindical. Estamos certos da compreensão dos nossos leitores e assinantes e esperamos, também, poder corresponder plenamente ao apoio que temos recebido.

Os Editores

EXPEDIENTE

TRABALHO & SAÚDE é órgão informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT).

Comissão Editorial: Herval Pina Ribeiro, Francisco Lacaz, José Eduardo Dias Cardoso, Primo Alfredo Brandimiller, Rubens Mazzon, Edith Seligman Silva, Vera Helena Coelho da Costa, Leila Nadin Zidan e Leny Sato.

Diretor Responsável: Remígio Todeschini.

Jornalista Responsável: Francisco Medeiros.

Mtb. 14.904.

Jornalista Colaborador: Sérgio dos Santos.

Redação e Administração: Rua das Carmelitas, 149, 3.º andar. São Paulo, Capital, CEP 01020. Telefone: 37-8438, ramal 33.

Composição, Fotelito e Impressão: Gráfica e Editora FG - Av. Senador Vergueiro, 3706 e 3716 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo - Fone: 457-3710.

DIRETORIA DO DIESAT

Comissão Executiva: Remígio Todeschini, José Aparecido Campos, Gilberto Salviano da Silva, Manoel Messias dos Santos Filho, Uriel Villas Boas, Anito Buzana, Cheila Assunção Ferreira, Andréa Aguiar de Arruda Botelho e Ribamar.

Conselho Fiscal: Walter Ramos de Almeida, Geraldo Antônio da Silva, Maury Sérgio Martins de Souza, Antônio Maltauro Façoni, Antônio Nazareno dos Santos e Gilberto Avillar Paioli.

CORPO TÉCNICO

Conselho Técnico e Científico: Guilherme Rodrigues da Silva, Márcia de Araújo M. Faria, Cecil Chow Robilotta, Waldemar Ferreira de Almeida, Therezinha Brandão Machado, Aníbal Fernandes, Antônio José Brandão M. de Almeida, Doroty Soares de Lima, Elza Berquó, Francisco Gondim e Walter Barelli.

Coordenador Técnico: Herval Pina Ribeiro.

Assistentes e Assessores Técnicos: Primo Alfredo Brandimiller, Francisco Lacaz, José Eduardo Dias Cardoso, Edith Seligman Silva, Rubens Mazzon, Antônio Possidônio Sampaio, Vera Helena Coelho da Costa, Leny Sato, Leila Nadin Zidan, Agda Aparecida Délia e Luis Valente.

Correspondentes: Miguel de Simoni e Ana Maria Tambelini (RJ); Flávio Valente (SC); Carlos Valadares, José Alberto Chastinet, Aníbal Muniz Silvany Neto, Fernando Martins de Carvalho e Sinval Malta Galvão (BA); Wellington Coimbra (ES); Nilzan Almeida (PR).

É permitida a reprodução de matérias desde que citada a fonte.



Acidentes aumentam, afirma O.I.T.

Segundo as últimas estatísticas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a taxa de acidentes de trabalho não fatais está crescendo mais rapidamente do que a mão-de-obra nos países do Terceiro Mundo. Outro balanço da OIT, constatou um panorama desolador sobre as condições de segurança dos assalariados. (Diário Popular, São Paulo, 17 de fevereiro).

Infelizmente nos países do Terceiro Mundo, as normas de segurança vigentes ainda continuam não sendo observadas, ou por ignorância dos empresários ou por achar que essas normas são obstáculos para a rapidez da produção. Até os países mais industrializados (Estados Unidos, Japão, RFA), não estão conseguindo evitar o crescimento da taxa de acidentes fatais, embora tenha caído de 50 para 30% nos últimos 10 anos.

A mineração ainda é o setor mais perigoso, cujas taxas de acidentes mortais, segundo a OIT, são de 5 a 8 vezes maiores do que as do setor manufatureiro.

A OIT calcula que a cada 3 minutos morre um trabalhador em alguma parte do mundo vítima de um acidente ou de uma doença profissional. Essa estatística só vem comprovar a tese de que deve ser o próprio trabalhador o fiscalizador da segurança nos ambientes de trabalho, já que o principal interessado na prevenção desses eventos é ele mesmo.

Petroleiros de Cubatão conquistam aposentadoria especial

Um grupo de trabalhadores da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, obteve, após apelar ao Tribunal Federal de Recursos, o direito à aposentadoria especial, depois de 25 anos de serviço, benefício este que vinha sendo negado sistematicamente pelo INPS, com base no art. 73 do Decreto n.º 72.771/73, do Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, cujo quatro anexo não prevê, entre as funções insalubres e perigosas, aquelas por eles

exercidas, mesmo expostos a agentes químicos nocivos e sobáveis de ruído de mais de 90dB.

Este acórdão firma definitivamente a jurisprudência do TFR, coroando cerca de 30 outros acórdãos no mesmo sentido, os quais consideram que "o fato de não constar expressamente no quadro de atividades, expostas a agentes nocivos, não desnatura a função do autos, que é realmente adversa", tendo

portanto direito à aposentadoria especial. Trata-se de uma decisão que beneficia, imediatamente, os trabalhadores da Refinaria de Cubatão, Ultrafertil, Cosipa, Carbocloro, Union Carbide, DOW Química, Refinaria de Araucária (Curitiba), Refinaria Duque de Caxias (RJ) e Refinaria Mauá, que já contam com 350 ações na Justiça, e outros trabalhadores químicos e petroquímicos, que finalmente têm seu direito à aposentadoria especial reconhecido.

Amônia: 15 mil toneladas no ar



A população da Vila Parisi, cerca de 8 mil pessoas, viveu momentos de pânico, em 26 de janeiro último, por causa de um vazamento de amônia num duto que liga a Ultrafertil à fábrica de fertilizantes Petrofertil. O duto, com uma extensão de 5 quilômetros, ao romper-se, dispersou cerca de 15 mil toneladas do gás de amônia no ar, invadindo a Vila (Cidade de Santos, 27/01/85).

Não bastasse o exemplo da tragédia que o vazamento do gás "isocianato de metila" causou em Bophal (Índia), as autoridades brasileiras ainda não se conscientizaram que os constantes acidentes desta natureza poderão transformar cidades industriais como Cubatão, Santo André e etc, em verdadeiros cemitérios. Os empresários, por sua vez, se recusam a adotar, apesar das constantes cobranças dos sindicatos, da imprensa e da população, quaisquer medidas de segurança para evitar esses acidentes. O que salta aos olhos, no entanto, é o cinismo com que esses empresários relatam as causas que desencadeiam os acidentes.

No caso de Vila Parisi, o presidente da CETESP, Werner Zulauf; o técnico de segurança industrial, Arthur Marques; o coordenador do PAM-Plano de Auxílio Mútuo - George Ivanoff; e o Presidente da Ultrafertil, Paulo Roberto de Souza Amorim, estenderam às chuvas a causa do rompimento do duto.

Explicam eles que, "com as fortes chuvas que caíram nos últimos dias, houve um acúmulo de terra desbarrancada, em cima das tubulações, e daí o rompimento". Só que o técnico de segurança industrial, Arthur Marques, se negou a informar à imprensa (dizendo que "não sabia"), a periodicidade com que é feita a manutenção dos dutos, confirmando haver uma total falta de responsabilidade como componente principal de mais esta quase tragédia.

UMA BOPHAL EM POTENCIAL

Estima-se que há 14 mil quilos de veneno e cerca de 300 quilos de resíduos industriais para cada habitante de Cubatão, e mesmo assim nenhum plano de ação, tanto por parte dos empresários, quanto de poder público, está concretizado para prevenir uma tragédia de grandes proporções, como a acontecida em Bophal.

O quadro até agora é alarmante. Cerca de 850 trabalhadores morreram e outros 700 ficaram gravemente feridos em apenas 2 anos (de 1982 a 1984), vítimas de acidentes como este, de Vila Parisi, e muitos outros de menor repercussão na imprensa, que acontecem diariamente. Se medidas urgentes e afetivas não foram tomadas, esse número deverá aumentar até níveis insuportáveis. Então, as consequências poderão ser imprevisíveis...



Ruído: Volkswagen instala cabine acústica

Após quase seis anos de luta, os operários dos setores 1181 e 1444, da Ala III, da Volkswagen de São Bernardo do Campo (teste de motores) conseguiram obter uma importante vitória: a instalação, pela empresa, de cabine acústica nos locais de trabalho, onde poderão descansar, durante a jornada de trabalho, isolados dos altos níveis de ruído existentes nesta seção (cargas de ruídos de até quatro vezes o limite aceito pela legislação de Higiene e Segurança do Trabalho).

Trata-se, na realidade, de uma primeira vitória, que não resolve o problema do ruído nesta ou em outras empresas metalúrgicas. Para se ter uma idéia, calcula-se que existem, só no ABC, cerca de 50 mil metalúrgicos expostos a altos níveis de ruído, quase todos com problemas auditivos e sob o risco de ficarem irreversivelmente surdos.

A luta dos metalúrgicos da Volks começou em 1979, com uma ação coletiva, promovida através do Sindicato, contra a insalubridade no local de testes de motores. A Justiça concedeu a insalubridade, mas, ao invés de determinar à empresa que eliminasse o problema do ruído, a condenou a pagar um adicional de 20% do salário mínimo à da operário, por mês, a título de "compensação". Mesmo dessa decisão, a empresa recorreu, o que causou indignação geral pois, na realidade, não era adicional que era reivindicado, mas a melhoria das condições de trabalho.

Não conseguindo a eliminação do ruído por essa via, os trabalhadores se mobilizaram e, através da comissão de Fábrica, se dirigiram ao Sindicato, para com ele exigir da Secretaria do Trabalho e da Direção da Empresa que fossem tomadas providências urgentes para resolver o problema do ruído.

Foi assim, através da mobilização, que conquistaram as primeiras vitórias: instalação da cabine acústica; e período de descanso de 15 minutos, a cada 90 minutos, em seu interior (reduzindo, proporcionalmente a jornada de trabalho para 40 horas); aquisição de protetores auriculares de melhor qualidade; e transferência dos operários com mais de 40% de surdez para setores não afetados pelo ruído.

O processo de insalubridade, iniciado em 1979, ainda não foi julgado pelo Tribunal, mas essas primeiras vitórias vêm demonstrar que é possível enfrentar o problema do ruído nos locais de trabalho, buscando sua eliminação e não uma mera (e irrisória) compensação financeira. A generalização dessa experiência da Volks aponta, assim, um caminho para a luta da categoria metalúrgica (e outras), no sentido de eliminar dos ambientes de trabalho os agentes que agredem a sua saúde e que retiraram da produção, anualmente, milhares de trabalhadores, impossibilitados de continuar a exercer suas qualificações profissionais.

Químicos contra contaminação por chumbo

A luta do movimento sindical brasileiro por condições seguras de trabalho tem agora duas datas históricas: em 16 de agosto de 1984, cerca de 480 operários da indústria multinacional de tintas e pigmentos "Ferro Enamel" entravam em greve, exigindo medidas concretas contra a contaminação por chumbo. Exames realizados pelo Serviço Médico do Sindicato dos Trabalhadores Químicos do ABC revelava, na ocasião, que 31 desses trabalhadores apresentavam uma taxa de óxido de chumbo no sangue de 60 microgramas/100 mililitros de sangue, o que significa que já eram portadores de saturnismo, doença causadora de alterações genéticas. Outros trabalhadores apresentavam taxas de contaminação igualmente altas.

A greve da Ferro Enamel durou dois dias, tendo sido suspensa após a empresa se comprometer, numa mesa redonda na Delegacia Regional do Trabalho, a atender a todas as reivindicações e, em especial, em permitir um levantamento das condições de trabalho, o qual foi realizado pela Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes (ABPA). Este levantamento, como era de se esperar, comprovou a procedência de todas as denúncias dos trabalhadores e propôs a adoção de várias medidas na área de engenharia de processos e de segurança, capazes de prevenir e eliminar o risco de novas intoxicações.

A adoção dessas medidas pela empresa, porém, não foi tranquila. Nova mobilização dos trabalhadores e a fixação de data para uma nova greve foram os motivos que a fizeram, rapidamente, ceder. Negociando desta vez diretamente com o Sindicato, sem intermediação, a empresa e os trabalhadores (representados pelo Sindicato) chegaram a um acordo inédito no Brasil, o qual foi finalmente assinado em 08 de março deste ano: prevê este acordo que a empresa assume o compromisso de instalar os equipamentos e modificar os processos de produção, de forma a eliminar a insalubridade, no curto prazo de 1 ano, submetendo-se estas modificações à fiscalização direta do Sindicato.

Mais que a conquista de um inero direito, esse é um marco histórico para a luta do movimento sindical brasileiro.

DIESAT HOJE

DIESAT today, DIESAT heute.

"Dentro da capitalismo, o trabalho se exerce em condições próprias: o operário é um homem livre, despossuído, que troca sua força de trabalho pelos meios necessários para sua existência. O operário trabalha para viver. Seu salário compra os alimentos, o abrigo, os bens e serviços que ele necessita normalmente. Por ser baixo, o salário impõe restrições ao tipo de vida que o trabalhador pode ter. Este livro pretende mostrar o outro lado dessa realidade: o trabalho também mata. Ao lado das privações que o trabalhador passa na sociedade, por sua condição de operário, ele também se desgasta, adocece e morre, buscando sua sobrevivência diária dentro das fábricas. O termo capitalismo selvagem é apropriado para caracterizar as formas de trabalho, na maioria das nossas fábricas. Doenças e acidentes que podem ser eliminados, com o atual grau de avanço tecnológico, continuam ocorrendo em nosso meio. Além disso, a conjugação dos baixos salários com as atuais condições de trabalho, leva o trabalhador a multiplicar suas horas de trabalho, quer em jornadas maiores, quer em trabalho noturno, quer incorporando precocemente crianças ao mundo do trabalho, quer não atendendo às características específicas da mulher ou do homem. Consequentemente, o trabalho que é buscado para permitir a sobrevivência, consome diariamente as forças do trabalhador e causa ou apressa sua morte. Os estudos do DIESAT, que constituem este livro, permitirão ao leitor conhecer melhor esta triste história. Mais que isso. Mostrarão que esse massacre de trabalhadores pode ser evitado".

WALTER BARELLI, DIEESE. Extraído da apresentação do livro "De Que Adoecem e Morrem os Trabalhadores".

"De Que Adoecem e Morrem os Trabalhadores"

Primeiro livro lançado pelo DIESAT

Após um ano de trabalho intenso, reunindo e coligindo as pesquisas que o DIESAT realizou desde 1979 e atualizando-as com diversas notas, foi lançado em meados de fevereiro deste ano o primeiro livro sobre saúde do trabalhador e condições de trabalho (intitulado "De Que Adoecem e Morrem os Trabalhadores") produzido pelo movimento sindical. Mais que um trabalho produzido pelos técnicos do DIESAT, ele retrata o atual estágio de amadurecimento a que chegaram os sindicatos brasileiros sobre estas questões.

Como diz sua apresentação, "De Que Adoecem e Morrem os Trabalhadores não é um histórico da atuação do movimento sindical brasileiro sobre a questão das relações entre trabalho e doenças. Esta atuação antecede de muito os estudos e documentos aqui contidos. Seu propósito é mostrar a etapa atual e a qualidade desta intervenção. Sem dúvida, um momento diferente, em que esta atuação se cumpre de forma mais organizada e sistemática, incorporando referências teóricas e técnicas e assumindo lentamente o caráter de uma verdadeira contrapolítica".

Como fruto do caráter desta intervenção, estes estudos não procuram ser definitivos. Antes, são uma primeira abordagem, do ponto de vista de classe do trabalhador, sobre os problemas por ele enfrentados no dia a dia da fábrica. Uma abordagem que procura dotar esta classe de um conhecimento que historicamente lhe é negado: o conhecimento teórico, técnico, científico, que são domínio quase exclusivo das classes dominantes. Essa, basicamente, a contribuição do DIESAT e do seu corpo técnico aos assuntos tratados em cada texto.



Por outro lado, trata-se de um livro abrangente, assim como são abrangentes e extensos os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Composto de 10 capítulos, o livro contém desde estudos gerais (como os intitulados "Acidentes de Trabalho", "O Trabalho da Mulher e do Menor" e "A Crise Econômica e a Saúde dos Trabalhadores"), até temas ligados prioritariamente ao trabalho urbano (como "Poeiras e Doenças Pulmonares", "Agentes Físicos e Doenças", "Horas Extras, Turnos e Ritmo de Trabalho" e "Tóxicos na Indústria"), ao trabalho rural ("Trabalho Rural, Acidentes e Doenças") e à questão previdenciária ("Assistência Médica Previdenciária" e "Trabalho, Incapacidade e Previdência Social"), todos eles discutidos e aprovados pelo movimento sindical, em diversos encontros, simpósios, congressos e reuniões.

De forma a facilitar a divulgação desses estudos, o DIESAT lançou também cada capítulo na forma de separata, com capa própria, visando assim atingir segmentos de interesse específico, como cipeiros, estudiosos das questões de saúde do trabalhador, sindicalistas, etc.

Com este livro, o DIESAT procura cumprir o papel que lhe é reservado como órgão técnico do movimento sindical: tornar acessível aos trabalhadores o conhecimento de como a forma de produção na sociedade capitalista pode afetar sua saúde.

Amélia Cohn comenta livro do DIESAT

"O título deste livro traduz exatamente seu conteúdo: de maneira competente especialistas na área de saúde do trabalho retratam, numa linguagem sóbria porém direta, a forma pela qual o trabalhador brasileiro tem agredidas sua saúde e sua integridade física".

"Percorrido o texto, fica-se com uma visão clara do padrão altamente predatório da exploração da força de trabalho brasileira desses anos mais recentes, fato esse que não se limita ao setor urbano-industrial, mas abrange

também o setor agrário, ao qual é dedicado um capítulo".

"O estilo enxuto do texto acaba por ressaltar ainda mais a contundência dos fatos e dados que contém. Não deixa de causar espanto, por exemplo, que no principal centro industrial do País, o setor de Segurança e Medicina do Trabalho das Delegações Regionais do Trabalho, que tem por função fiscalizar os ambientes de trabalho, conte com somente vinte técnicos; ou ainda, que "enquanto em 1971, de cada 2000 mil aci-

dentados (do trabalho) um se aposentava por invalidez e menos de quatro morriam; em 1982, nove se aposentaram como inválidos e mais de sete morreram". Do primeiro dado depreende-se que "concretamente nunca se fez fiscalização do trabalho em nosso País"; e do segundo, que os dados traduzem as modificações da legislação acidentária e previdenciária que minimizam os acidentes e suas consequências, objetivando com isso reduzir ao máximo os direitos e benefícios dos trabalhadores".

Continuação da página 5

"Abordando o trabalho do menor e da mulher, a política previdenciária e de assistência médica às classes assalariadas, a questão dos agentes agressivos (poeiras, vapor, calor, vibração, ruído, etc.) aos quais o trabalhador se vê exposto no seu local de trabalho e a atuação dos órgãos competentes nessa área, este livro nos retrata a violência institucionalizada que é praticada cotidianamente sob larga parcela de nossa população".

"A apresentação e análise dos dados tem sempre como contraponto a realidade do mundo do trabalho, o que lhes atribui sua real dimensão. Assim é que, se o Limite de Tolerância (LT), isto é, o limite de exposição a substâncias tóxicas, abaixo do qual o trabalhador não teria sua saúde afetada, no geral para as várias substâncias é estabelecido em termos próximos aos vigentes nos Estados Unidos (e acima daqueles vigentes nos países europeus), lembra o texto que naqueles países a semana de trabalho é inferior a 48 horas e que aqui as horas extras prolongam a semana acima dessas horas, o que aumenta o tempo de exposição do trabalhador a essas substâncias, para não falar nas condições de vida e saúde de nossa classe operária, consideravelmente piores".

"Com esse livro, o DIESAT, Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho, o "DIEESE da saúde", inaugura um importante canal de atuação, que é o de tornar público e acessíveis informações fundamentais sobre as condições altamente agressivas às quais o trabalhador brasileiro é levado a se submeter, e que a tecnologia hoje disponível permite corrigir. A questão não é, pois, a da tecnologia da produção, mas a da organização e controle do próprio processo de produção, enfim, da organização do trabalho. E nesse sentido, o livro registra, além dos estudos e levantamentos feitos, o trabalho que o próprio DIESAT vem desenvolvendo junto ao movimento e organização sindicais: em vários capítulos encontramos documentos originários das SEMSAT (Semana de Saúde do Trabalho), e recomendações tiradas nesses e em outros eventos semelhantes".

"Fonte preciosa de dados para os estudiosos das condições de vida e saúde das classes assalariadas, este texto reflete a seriedade e consciência com que vem-se configurando a conscientização do trabalhador brasileiro frente a essa realidade até então, no geral, atropelada pelas necessidades mais imediatas de aumento salarial e estabilidade e garantia de emprego".

DIESAT faz lançamento no ABC e SP

De forma a apresentar o livro "De Que Adoecem e Morrem os Trabalhadores" ao movimento sindical e à sociedade em geral, o DIESAT promoveu um lançamento oficial na região do ABC (SP), dia 07/02/85, durante a reunião do Forum Interinstitucional de Saúde, realizada no Sindicato dos Trabalhadores Químicos do ABC, e outro em São Paulo, dia 29/03/85, no Centro Cultural São Paulo, quando, para-

lelamente, organizou numa exposição fotográfica, em conjunto com a Agência F4, retratando a dura realidade das condições de trabalho entre nós. Esta exposição, assim como os materiais e publicações do DIESAT, deverão circular por diversos sindicatos e entidades, interessados em discutir as condições de saúde e trabalho vigentes nas empresas brasileiras.



HISTÓRIA COMUM

Workers' stories. Arbeitern geschichten.

"Estava soldando peças para exportação. Aquela correira, porque tinha prazo. Ai, chegou o "capa amarela" por trás da cortina e disse que era pra soldar um latão com o maçarico. Disse que o pessoal estava tentando com talhadeira, mas que o serviço ia muito devagar. Quando estava cortando o tal latão, foi aquela explosão! Não vi mais nada".

O companheiro José Seixas, narrador desta história, é operário da Volkswagen do Brasil. Hoje, está incapacitado para continuar a exercer sua profissão, pois foi gravemente atingido no rosto pela explosão de um tambor de cola vazio, quando tentava cortá-lo com o maçarico. Esse companheiro, como muitos outros, desconhecia o perigo de se usar maçarico em tambores com resíduos de cola, tintas e outros materiais inflamáveis. A chefia também desconhecia este perigo...

"No meu ponto de vista, acho que foi falha da empresa. Alguém do setor devia estar instruído desse perigo... Eu mesmo cheguei a fazer o curso de cipeiro-auxiliar, por dois dias e meio, e nunca ninguém falou disso: só aprendi a apagar incêndio, a fazer a ficha de acidente e a importância de usar o equipamento de proteção. Na minha opinião, este tipo e curso não serve pra nada. A gente só vê coisas que nunca são executadas ou então que interessam pra firma..."

Segundo análise realizada pela empresa, o acidente que vitimou José Seixas ocorreu devido à negligência da chefia do Setor. Já a Secretaria do Trabalho, chamada para investigar o caso, constatou que, apesar da reutilização diária de tambores com resíduos de materiais inflamáveis, não existia na em-

presa nenhuma instrução de segurança para este tipo de serviço.

"Às vezes, lá na firma, mandam a gente "quebrar o galho", ou seja, soldar ferramentas, carrinhos de mão e coisas assim. A gente não está acostumado com esse tipo de serviço, sabe como é... Então dizem que é pra produção não parar, e que a gente tem que fazer. Ai é que tem mais perigo de acidentes".

O tambor que José estava soldando iria servir para fazer novos latões de lixo para a empresa, pois o Presidente Mundial da VW estaria no Brasil dali a poucos dias.

"Quando tem dessas visitas importantes é um corre-corre na fábrica pra enfiar toda a sujeira debaixo do tapete e embonecar tudo...", denuncia o Suplemento do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. - "E eu nem sabia que tudo aquilo era por causa da visita desse tal de Presidente Mundial! Só fiquei sabendo quando meu primo foi me visitar no hospital e levou o boletim do Sindicato", lembra José.

Nosso companheiro guarda agora uma lembrança amarga dessa visita: cego de um olho, com várias cicatrizes no rosto, não pode mais exercer a profissão de soldador. Mas, o que não é comum, não foi despedido após o acidente. Acontece que sua categoria conquistou uma cláusula no acordo coletivo que dá estabilidade para todos os acidentados, incapacitados de continuar na função anterior ao acidente. Apenas por causa disso, e pela organização e luta dos trabalhadores da VW, que obrigam a empresa a cumprir o acordo, é que este companheiro mantém seu emprego. Ao menos isso.